

Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina

Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Universidade de Brasília

Resumo

O artigo utiliza o conceito de Hegemonia de Antônio Gramsci para considerar dois paradoxos que a análise de Cultura Política aponta existirem na América Latina. Os dados analisados são oriundos de dois bancos de dados, o do World Values Survey e o da Encuesta Panamericana e apresentam um cenário regional de aceitação democrática concomitante a certo “saudosismo da ditadura” – conceito construído para demarcar o primeiro paradoxo, o da manutenção de valores autoritários entre a população latino-americana apesar de haver a defesa da democracia e dos seus procedimentos. O paradoxo teórico deste cenário ocorre, pois, embora a perspectiva da Cultura Política – inaugurada pela Ciência Política Estadunidense com o clássico “The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries” de Almond e Verba - consiga descrever o comportamento político dos latino-americanos, é insuficiente para explicar porque há na região uma institucionalização da democracia como forma e não como conteúdo. Seguindo a perspectiva gramsciana, inseriu-se a dimensão do poder e da sua disputa para problematizar a formação da opinião pública e dos valores políticos que legitimam esse formato de democracia apesar das especificidades sociais, econômicas e culturais da região.

Palavras-chave

Cultura Política, autoritarismo, Democracia, América Latina, Hegemonia.

Introdução

Quais as condições necessárias para a instalação e a manutenção da democracia em sociedades - como as latino-americanas - nas quais o capitalismo se constituiu tardiamente? Dito de outra forma, quais são as características políticas e sociais que devem possuir países periféricos no sistema político e econômico mundial para a instalação da democracia? Ou ainda, como explicar a existência de um comportamento político que combina comportamentos autoritários com atitudes democráticas? E qual o papel da Cultura Política nesse processo? Embora questões como essas venham tomando a atenção de diversos pesquisadores contemporâneos, as explicações para estes fenômenos geralmente ou têm se limitado à sua descrição no nível micro, sem apontar as suas causas, ou a explicações gerais, sem considerar evidências empíricas.

Há, no entanto, outro caminho, que parece ser o mais adequado: considerar simultaneamente aspectos macro e micro para a explicação. Desta forma, o presente trabalho se constitui em uma tentativa de unir perspectivas micro e macroanalíticas com o objetivo de: 1) explicar o comportamento político que combina uma baixa adesão manifesta a valores ligados a políticas concretas, a governos, a governantes ou sua efetividade com uma alta adesão

manifesta a atitudes relacionadas com as características subjetivas do sistema (participação, eleições periódicas, democracia, igualdade, entre outras); e 2) debater a institucionalização entre nós de uma concepção de democracia que privilegia a sua forma, em detrimento de seu conteúdo. As duas perspectivas acima, devido às suas características, são apresentadas como dois paradoxos que merecem ser estudados. O que se pretende assim é buscar uma explicação de Cultura Política para ambos os fenômenos.

Foram utilizados dados de pesquisa tipo survey realizadas no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Os dados são oriundos da pesquisas World Values Survey e Encuesta Panamericana.

A pesquisa World Values Survey é uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, desenvolvida em mais de 60 sociedades em todos os seis continentes habitados, abrangendo quase 80 por cento da população do mundo, incluídos os três países estudados. O primeiro levantamento de dados foi realizado em 1981, sendo a pesquisa desde então replicada a cada cinco anos (1990-1991 e 1995-1996). Foram utilizados dados da onda 1995-1996. A segunda base de dados utilizada faz parte de uma pesquisa encomendada pelo jornal norte-americano Wall Street Journal, intitulada Encuesta Panamericana. Trata-se de uma pesquisa com levantamento de dados em 19 países latino-americanos e nos Estados Unidos, realizada entre janeiro e março de 1998. Já a análise macro

baseou-se no conceito de hegemonia de Gramsci, resgatado com vistas a ajudar na explicação dos fenômenos.

Este trabalho se divide em três partes. Na primeira, são discutidos os conceitos de Cultura Política e de democracia utilizados; na segunda, são analisados alguns dados das pesquisas empíricas e propostos dois paradoxos de comportamento político; na terceira, por fim, é apresentada a proposta de hegemonia como explicação, não apenas dos paradoxos, mas do comportamento político não-democrático.

Cultura Política: um conceito que evolui

O conceito de Cultura Política foi originalmente introduzido pela obra fundacional *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, de Gabriel A. Almond e Sidney Verba, lançada em 1963. A tese que embasa todo aquele trabalho é a de que existe uma relação causal entre a opinião da população e a possibilidade de surgimento do sistema democrático e sua estabilidade. É importante considerar que essa hipótese subverte o caminho usual da análise política de até então: segundo ela, o centro explicativo da política deixa de ser as instituições políticas e passa a ser o eleitorado, com suas atitudes e ações (Baquero, Castro, 1996, Castro, 1996).

Segundo Baquero e Prá (1992, p. 6), o conceito de Cultura Política se refere ao processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político. O pressuposto básico do conceito de Cultura Política é que existe um

comportamento político, e que ele pode ser conhecido pelo uso de pesquisas e técnicas específicas. Em suma, essas técnicas permitiriam o conhecimento do comportamento do eleitorado e, em consequência, das relações existentes entre as opiniões sobre a democracia e a estabilidade democrática.

Desde o seu surgimento, no entanto, o conceito e os pressupostos envolvendo Cultura Política têm sofrido uma série de críticas, não apenas por parte daqueles que não os aceitam, mas, sobretudo, e especialmente, de estudiosos que atuam no campo de conhecimento inaugurado por Almond e Verba. E a principal e mais séria crítica diz respeito aos pressupostos da obra *The Civic Culture*: a postulação de um determinado tipo de Cultura Política como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a Cultura Cívica existente no Estados Unidos e na Grã-Bretanha (Pateman, 1989)¹. Essa perspectiva não considera que as diferentes Culturas Políticas são fruto de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para a mesma conformação institucional. Além disso, coerente com a Ciência Política norte-americana da época do pós-guerra, Almond e Verba defendem a democracia liberal como modelo ideal de sociedade.

A proposição dos fundadores desse campo de conhecimento, porém, possui tal força argumentativa, que muitos dos estudiosos contemporâneos continuam a basear os seus trabalhos, mesmo implicitamente, na necessidade da constituição de uma cultura cívica nos

moldes das encontradas por Almond e Verba em seu estudo de 1963². Como exemplos de estudos que caem nessa armadilha (ou a aceitam), devem ser citados dois importantes livros cuja análise se funda em vasta base de dados coletados respectivamente na Argentina e no Brasil: Argentina frente a la política, de Edgardo Catterberg, e Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática, de José Álvaro Moisés (Catterberg, 1991; Moisés, 1995). Ambos os autores nos livros citados analisam as Culturas Políticas de seus países utilizando basicamente variáveis atitudinais, limitando-se no fundamental ao modelo analítico proposto em *The Civic Culture*. Em suas conclusões, embora em sentidos diversos³, Moisés e Catterberg encontram relações de causalidade entre democracia e Cultura Política, apontando dessa maneira para a necessidade de existência de uma cultura cívica.

Ainda que não haja um consenso na literatura pertinente, uma série de autores advoga a necessidade de ser feita uma adequação dos conceitos originais de Cultura Política, tornando-os mais próximos da realidade latino-americana (Turner, 1995). À conclusão semelhante chegaram Brown e Gray

1 Esse estudo foi originalmente publicado em 1980.

2 - É importante salientar que aquele trabalho foi um dos primeiros a utilizar dados de pesquisas tipo survey coletados em vários países, o que implicou um estudo e conclusões pouco cautelosas, no dizer de Sidney Verba em trabalho de 1980. Essa pouca cautela, no entanto, suscitou um debate que permitiu a própria afirmação do conceito e do método de análise (Verba, 1989).

3 - Catterberg (1990, p. 109) conclui que as institutions can influence the creation of habits favoring democratic routines, e Moisés (1995, p. 270) conclui que as mudanças recentes na Cultura Política dos brasileiros criaram [...] as bases sócio-políticas da legitimidade democrática.

(1979), em outro contexto, ao estudar com seus colegas, na década de 70, a política dos países do Leste Europeu. Concluíram que há a necessidade de serem incorporados aspectos que contemplem crenças e valores subjetivos sobre o conhecimento e as expectativas políticas, que são produto da experiência histórica das nações e dos grupos políticos. Em outras palavras, como argumenta Street (1993), não basta serem verificadas as atitudes e as opiniões políticas de determinada sociedade para que se compreenda adequadamente o papel que a Cultura Política exerce sobre a ação política⁴.

Essa preocupação também pode ser verificada entre autores brasileiros. A obra de Baquero, por exemplo, é uma tentativa de estudar a Cultura Política da América Latina a partir de uma visão distinta da encontrada em *The Civic Culture*. Com outros objetivos, mas abrindo caminhos para estudos de Cultura Política mais voltados para a nossa realidade, podem ser citados Schwartzman ou ainda Faoro, que, com diferentes enfoques, objetivos e conclusões, dão elementos para que se possa entender como os fatores da formação política, econômica e social do Brasil afetam as atitudes políticas nos dias de hoje (Baquero, 1994; Baquero, Prá, 1992; Schwartzman, 1988; Faoro, 1987).

Assim, o conceito de Cultura Política foi originado a partir de uma concepção normativa de sociedade baseada em um determinado tipo de

experiência histórica vivenciada por determinados países. Dito de outra forma: o conceito original, além de ser etnocentrista, não consegue dar conta das realidades não consideradas no *The Civic Culture*. Mas, se as proposições de Almond e Verba não conseguiram dar conta das inúmeras realidades, inauguraram uma nova forma de analisar e explicar a política. A partir daí, a evolução do debate teórico sobre o tema, bem como a possibilidade e a disseminação de novos estudos empíricos, permitiu que hoje se possa falar em uma teoria de Cultura Política⁵ que vai além da classificação proposta em 1963. Dessa forma, em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída a priori, os estudos de Cultura Política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas.

Democracia: uma inteligente invenção⁶

Um dos centros das atenções dos estudiosos da política nas últimas décadas tem sido a democracia. E não poderia ser diferente, uma vez que a invenção democrática⁷ foi fruto de um misto de proposição intelectual normativa, em certa medida idealista, com uma profunda ligação orgânica de seus fundadores com o mundo em que

4 - The behavioural view of political culture used by Almond and Verba is inadequate both as an account of how works and how it may explain political action. (Street, 1993, p. 113).

5 - Em trabalho posterior, Gabriel Almond afirma que political culture is not a theory; it refers to a set of variables which may be used in the construction of theories (Almond, 1989, p. 26), publicado originalmente em 1980.

6 - Esta parte é baseada em Castro, 1996 e em Baquero, Castro, 1996, onde se pode encontrar um maior aprofundamento do tema.

7 - A expressão é emprestada de Claude Leford.

viviam. Nos países que foram gestores e berço desta construção simbiótica de capitalismo e democracia, como a Inglaterra e os Estados Unidos, esse sistema político faz parte do cotidiano das pessoas (não é por outro motivo que os dois países são os estereótipos da cultura cívica no modelo de Almond e Verba). A valorização do sistema democrático foi internalizada pelos cidadãos desses países, através de um sólido processo de socialização política.

A realidade latino-americana, entretanto, é substancial e historicamente diferente. Por exemplo, aqui o surgimento do capitalismo se deu sem que existisse uma base social, política, econômica ou ideológica de cunho liberal. Dessa forma, ao contrário do que acontece com os povos chamados desenvolvidos, a democracia liberal não é tão natural na América Latina. Não é sem fundamento, portanto, o questionamento das bases de legitimação da democracia em seu modelo liberal entre nós. As interrogações sobre o que se entende por democracia e quais são as condições e vias possíveis para a sua consolidação nos países latino-americanos têm produzido debates em múltiplas dimensões. Para resolver esse impasse, talvez a melhor solução seja a divisão analítica de democracia em duas perspectivas (não mutuamente exclusivas): uma, que prioriza seus aspectos formais ou suas singularidades; outra, que prioriza (ou centraliza a atenção em) o seu conteúdo.

Essa divisão foi utilizada em detrimento de outras talvez mais usuais, como, por exemplo, o binômio democracia majoritária-consensual (ou consociacional) de Lijphart (1984) ou a

divisão minimalista versus maximalista, de Di Palma (apud Moisés, 1995), por parecer mais adequada a um estudo sobre a América Latina, onde a democracia como regra tem se restringido aos seus procedimentos, e por não sugerir a existência de um gradiente de democracia, quando o que parece ocorrer é, em realidade, uma dicotomia. Por outro lado, essa divisão analítica permite a constatação empírica dos paradoxos tratados neste trabalho, bem como a operacionalização do conceito de democracia, a partir de uma perspectiva de Cultura Política.

Em um extremo da divisão conceitual realizada, estão as concepções que entendem democracia como princípios a serem seguidos ou respeitados. Para elas, mais que saber ou estudar como funciona uma democracia real ou procurar listar requisitos mínimos que a caracterizariam, importaria definir ou caracterizar os seus limites substantivos. Dito de outra forma, a democracia não se limitaria à existência de determinadas regras, procedimentos e ritos, mas fundamentalmente à qualidade a ela inerente.

Dentro dessa perspectiva, democracia não poderia receber qualquer tipo de adjetivação: ou a sociedade seria democrática, ou não. Assim, com base nessa concepção, de forma alguma se poderia pensar na existência de uma democracia relativa (eufemismo criado durante o regime militar brasileiro), na qual algumas regras, procedimentos ou princípios estivessem sendo respeitados em detrimento de outros. É possível, defendendo a mesma perspectiva, argumentar em sentido exatamente inverso, como faz Augustín Cueva

(1988): a democracia realmente existente necessitaria de qualificativos para dar-lhe um real conteúdo, como por exemplo, através da sua vinculação com o Estado de Bem-Estar.

Uma outra característica deste enfoque de democracia como conteúdo (na realidade, seu corolário) é o entendimento de que ela é um meio de resolução de problemas políticos, não um fim em si: ao serem enfatizadas a tecnologia eleitoral, as instituições e os procedimentos formais, estaria-se invertendo esta premissa.

No outro extremo da divisão proposta, encontramos a democracia como forma. O termo forma é utilizado aqui como Bobbio (1989, p. 157-8) o empregou, ou seja, limitando o conceito de democracia basicamente às suas regras, aos seus procedimentos e aos seus ritos. Assim considerada, a democracia nada mais seria que um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com que procedimentos (grifos do autor).

Joseph Schumpeter, por sua vez, escreveu um profundo tratado, no qual realiza uma crítica à concepção clássica de democracia. Para tanto, utilizou conceitos de sociologia política que os autores clássicos desconheciam, como socialismo e classes, entre outros. Em seu trabalho, fica implícita a necessidade de operacionalização do conceito de democracia, ao vincular uma determinada forma (de adquirir o poder) a uma determinada função (tomada de decisões políticas). Nesse sentido, a questão de forma toma relevância por ser um modo (institucional) de resolver uma

função, cuja necessidade de resolução, de sua parte, independe das regras que a sociedade adota para a sua consecução. Dito de outra forma, o conceito de democracia estaria intrinsecamente ligado a uma opção social. E conclui quando se refere ao método democrático, enfatizando que não existe (...) nenhuma razão geral contra ou a favor dele (Idem, p. 352). Ou seja, o que caracterizaria a democracia seria o método democrático, e não seus aspectos substantivos.

Outro autor que se preocupou com a democracia enquanto forma foi Robert Dahl (1956) que sintetizou o conceito de democracia em uma série de princípios. Rebatizando-a de poliarquia, Dahl constrói uma definição de democracia que ao mesmo tempo a caracteriza e operacionaliza.

Será, contudo, outro autor - Anthony Downs (1957, p. 23) - que irá tratar a democracia essencialmente como sua forma. Downs, para evitar premissas éticas irá definir democracia pela enumeração de certas características as quais evidenciam que os procedimentos e as regras do jogo são, para o autor, o que a singulariza. Assim vista, ela existiria se uma série de condições fossem satisfeitas. Diferentemente de Robert Dahl, portanto, Anthony Downs não postula a possibilidade de níveis de democracia, mas tão-somente considera sua existência ou não, se atender aos requisitos absolutos que enuncia. Não existe em Downs espaço para qualquer tipo de debate sobre o conteúdo da democracia: uma sociedade é democrática ou não é, bastando para tanto cumprir determinadas condições.

O importante a ser considerado nesses autores é que, em menor ou maior

grau, manifestada ou latentemente, de modo proposital ou não, todos eles contribuíram para a criação de uma concepção de democracia que a trata essencial ou principalmente em sua forma, procurando considerá-la (alguns de modo explícito) como um método universal (Coutinho, 1980).

A relação entre cultura política e democracia

Desde os estudos que pretendiam encontrar uma causalidade entre desenvolvimento econômico e construção da democracia na década de 60, passando pela teoria da dependência dos anos 70, sempre esteve subjacente ao debate acadêmico sobre a democracia na América Latina a indagação sobre quais são os reais pré-requisitos para a sua instalação e estabilidade (Smith, 1995).

O fato de ser um assunto muito estudado não significa que haja consenso em relação à importância da opinião pública para o estabelecimento e a manutenção de instituições políticas democráticas: além dos pesquisadores que não encontram evidências de uma relação (causal ou não), há aqueles que simplesmente desconsideram a própria possibilidade de sua existência.

Esse é o caso de Susan Tiano. A partir de consagrado trabalho quantitativo no qual analisa a Cultura Política na Argentina e no Chile nos anos 60, conclui que não se pode, para aqueles casos, estabelecer uma relação causal entre Cultura Política e estrutura política. Partindo da hipótese de que o Chile teria uma Cultura Política mais democrática que a Argentina, em função de questões históricas, e que isto implicaria uma

maior adesão à democracia pelos chilenos, a autora conclui que não houve diferenças estatisticamente significantes entre as atitudes de trabalhadores de ambos os países os quais pudessem sustentar a existência de uma relação entre estrutura e cultura (TIANO, 1986)⁸.

No âmbito deste artigo, porém, serão analisadas concepções que defendem, sob diferentes aspectos, a existência de algum nível de relação. Nesse campo, há desde trabalhos clássicos como os de Kornhauser (1959); Downs (1957); Lipset (1960); Almond, Verba (1989a) ou Budge (1971), até trabalhos mais recentes como os de Diamond (1993); Tulchin, Romero (1995) e Camp (1996).

Há, em princípio, duas posições entre os autores que trabalham sob a concepção de que existe uma relação entre Cultura Política e democracia. Uma entende que existe um caminho unilinear na relação entre democracia e Cultura Política: uma cultura cívica (no dizer de Almond e Verba) pode ter um efeito na democracia, mas a democracia não tem efeito na constituição de uma cultura cívica (Almond, Verba, 1989a; Inglehart, 1988, 1990; Dahl, 1971; Moisés, 1995). Outra, que parte do princípio de que a Cultura Política pode também ser influenciada pela democracia (Dahl, 1989⁹; Catterberg, 1991; Muller, Seligson, 1994).

⁸ - A autora é prudente com as suas afirmações, em especial no que tange à possibilidade de inferência estatística: Because the samples on which this study is based do not represent the entire Argentine and Chilean populations, ... caution must be employed in interpreting these findings. (Tiano, 1986, p. 87).

⁹ - A aparente contradição nas posições de Dahl se deve ao fato de que ele, em certos casos,

Dentre os autores que entendem existir a relação, nenhum imputa, porém, unicamente à Cultura Política a responsabilidade pelo estabelecimento da democracia ou de sua estabilização, no caso da América Latina. Diamond e Linz, por exemplo, argumentam que o desenvolvimento e a manutenção da democracia são grandemente facilitados por valores e comportamentos ligados a tolerância, moderação etc (Diamond, Linz, 1989).

À mesma conclusão chegam os autores do livro editado por Diamond em 1993. O argumento básico é que a mudança no status, na força ou na estabilidade da democracia raramente ocorre sem algum envolvimento visível de mudanças (ou não) da Cultura Política¹⁰ (Diamond, 1993, p. 27). Se essas concepções estão minimamente corretas, o estudo da Cultura Política, de forma empírica e teórica, adquire importância singular, na medida a que, ao ser associado com outros estudos, pode permitir que se desate o nó górdio da democracia na América Latina.

É possível argumentar que talvez não se encontrem evidências empíricas de que a existência de uma Cultura Política democrática implique o estabelecimento ou manutenção de uma democracia. Se, no entanto, a Cultura

afirma que uma poliarquia somente pode existir se houver um decidido apoio por parte das elites políticas e econômicas da sociedade, e em outros afirma que, como as mudanças de estrutura política são geralmente mais rápidas que as culturais, um país que desenvolva uma sociedade pluralista moderna mais provavelmente desenvolverá e sustentará crenças e atitudes mais favoráveis à poliarquia.

¹⁰ - (...) change in status, strength, or stability of democracy rarely occurs without some visible involvement of a changing - or unchanging - political culture.

Política pode não ser determinante para a instalação de uma democracia, ela pode vir a ser o diferencial em caso de um retrocesso. Em outras palavras, um país com uma Cultura Política democrática é capaz de garantir (ou ao menos influir em) a manutenção das regras do jogo no caso de alguma tentativa de golpe ou de ruptura institucional. Podemos, por outro lado, considerar às avessas o argumento de que a crença na democracia seria um fator de sua estabilidade: o descompromisso da cidadania com a democracia abriria espaço para rupturas institucionais.

A análise de algumas variáveis

A partir da obra clássica *The Civic Culture*, de Almond e Verba, o recurso metodológico das pesquisas tipo survey, consagrado desde então, possibilitou a verificação empírica de muitas das hipóteses sobre a estabilidade democrática. Uma das constatações foi um comprometimento com a democracia bastante menor do que se acreditava existir (ALMOND, VERBA, 1989a). Com essa descoberta, houve um aumento significativo de estudos sobre democracia e Cultura Política, retomados com intensidade ainda maior nos últimos anos (Smith, 1995).

No que tange à América Latina, estudos sobre Cultura Política e democracia têm recorrentemente indicado a existência de um padrão que combina atitudes e comportamentos político autoritários com democráticos (Castro, 2000; Baquero, Castro, 1996; Castro, 1996; Moisés, 1995; Pontes, 1995; Baquero, 1994; Catterberg, 1991; Echegaray, 1989; Brunner, 1987). Cabe

salientar que a bipolarização democracia-autoritarismo - base do conceito de Cultura Cívica - tem uma explícita conotação ideológica, de defesa da democracia liberal. Embora mereça uma melhor discussão, esse não é o tema central deste trabalho. A esse respeito, ver Wiatr, Jerzy J. The civic culture from a marxist-sociological perspective. In: Almond, Gabriel. A. Verba, Sidney. The civic culture revisited. Newbury Park: Sage, 1989b.

A análise dos dados permite verificar que as populações dos países estudados mantêm o padrão de comportamento autoritário. Para verificar isso, construí uma conceito que denominei de “nostalgia da ditadura”.

Na pesquisa Encuesta Latinoamericana do Wall Street Journal, houve uma pergunta direta sobre a opinião dos entrevistados em relação ao regime de governo: se os entrevistados consideravam melhor para o país uma democracia ou uma ditadura. As respostas são as que seguem.

Tabela 1: Que regime você acredita que é melhor para o país (em %)

País	Sistema de governo melhor		Total
	Democrático	Autoritário	
Argentina	83,1%	16,9%	100,0%
Bolívia	84,8%	15,2%	100,0%
Brasil	68,5%	31,5%	100,0%
Chile	83,1%	16,9%	100,0%
Colômbia	74,3%	25,7%	100,0%
Costa Rica	85,5%	14,5%	100,0%
República Dominicana	81,1%	18,9%	100,0%
Equador	47,2%	52,8%	100,0%
Guatemala	60,2%	39,8%	100,0%
México	67,4%	32,6%	100,0%
Panamá	88,3%	11,7%	100,0%
Paraguai	52,3%	47,7%	100,0%
Peru	79,1%	20,9%	100,0%
Venezuela	66,7%	33,3%	100,0%

Fonte: Encuesta Panamericana (1999).

Mesmo se considerando que as pessoas tendam a se manifestar em perguntas como essa com respostas que consideram socialmente aceitáveis, ou seja, haja certa dificuldade das pessoas dizerem que são favoráveis a um regime

autoritário, chama a atenção que um número bastante elevado de latino-americanos parecem ser favoráveis a um regime autoritário. Por exemplo, mais de um quarto de venezuelanos, paraguaios, mexicanos, guatemaltecos, equatorianos,

colombianos e brasileiros disseram ser favoráveis a regimes autoritários.

Os dados acima, no entanto, não bastam para que se possa ter uma idéia mais clara do paradoxo existente entre um apego à democracia formal e uma negação da democracia como conteúdo. Assim, construí duas escalas, para melhor entender o processo. Uma primeira escala, que denominei de “nostalgia da ditadura”, visa a verificar empiricamente o apego a valores do passado. A noção de nostalgia da ditadura foi construída em minha dissertação de mestrado e aprofundada em minha tese de doutorado. Trata-se da sensação de que o passado é melhor que o presente, sem que haja uma clareza do porquê, e, genericamente na América Latina, esse passado se confunde com ditaduras militares. Assim, o desencanto com o presente se manifesta em uma nostalgia da ditadura, ou seja, a crença de que o passado era melhor. A noção de nostalgia parece ser mais adequada que a de saudade, porque implica um sentimento difuso de perda, mas que não necessariamente se converte em ação. Esse conceito operacional parece ser adequado para o estudo de países da América Latina, em função de parecer haver o mesmo fenômeno encontrado em um caso específico (Porto Alegre): a possibilidade de que o desencanto com a não resolução dos problemas sociais pelos governos democráticos se reverta em descrédito da própria democracia e em uma tentativa de volta ao passado,

quase sempre idealizado. Para o estudo comparado, foram utilizadas as seguintes variáveis: a opinião em relação ao regime anterior, ao sistema político hoje em dia, à expectativa em relação ao futuro, a um líder forte no governo, a “tecnocratas” no governo, à existência de um governo militar, ao desempenho da economia em democracias, à capacidade de decisão de democracias, à capacidade das democracias de manterem a ordem e à satisfação com os atuais governantes (pesquisa World Values Survey, dados de 1995). Os valores da escala variam de um (menor nostalgia) a dez (maior nostalgia).

A segunda escala construída, que denominei escala de “autoritarismo”, foi composta por seis variáveis: Opinião em relação à afirmação “democracias não são boas para a manutenção da ordem”, Opinião em relação à afirmação “democracias são hesitantes e há muitas disputas”, Opinião em relação à afirmação “na democracia, o sistema econômico vai mal”, Opinião sobre a existência de um governo militar, Opinião sobre a existência de especialistas (“tecnocratas”) que tomem decisões no governo e Opinião sobre a existência de um líder forte no governo que não precise se preocupar com parlamento ou eleições. Nesta escala, o valor um indica um nível mínimo de autoritarismo e o valor quatro, máximo. Os dados de ambas as escalas por países encontram-se abaixo.

Tabela 2: Escalas de “nostalgia da ditadura” e de “autoritarismo”

País	Nostalgia da Ditadura	Autoritarismo
Mexico	6,0505	2,3357
Argentina	5,1390	2,0841
Puerto Rico	5,6135	2,1312
Brasil	6,2731	2,6716
Chile	5,3648	2,2150
Peru	5,3425	2,1842
Venezuela	6,9183	2,6088
Uruguai	5,4577	2,0348
Rep. Dominicana	5,2709	1,9840

Fonte: World Values Survey, modificado pelo autor, 1995

Os dados acima, em aparente contradição com as respostas de apego a regimes autoritários ou democráticos, indicam que os latino-americanos não são favoráveis a ditaduras. Assim, o conjunto destas respostas indicava uma aparente contradição entre uma forte adesão a valores democráticos ligados à forma da democracia e uma baixa adesão ao seu conteúdo. Como se discutirá abaixo, esse comportamento se constitui em dois paradoxos, que podem ser melhor explicados através do recurso da teoria da hegemonia.

O paradoxo das atitudes políticas

O primeiro paradoxo se deve ao fato de que existe um descompasso entre as atitudes políticas ligadas à democracia como forma e as atitudes ligadas à democracia como conteúdo. Esse paradoxo - uma forte adesão manifesta a questões ligadas aos procedimentos democráticos (democracia como forma) e uma fraca adesão aos valores

democráticos (democracia como conteúdo) - tem sido caracterizado pela literatura como uma dupla racionalidade (Keller, [1991]) ou como a manifestação da existência de um apoio difuso, por um lado, e de um apoio específico, por outro (Easton, 1968; Baquero, Castro, 1996; Castro, 1996).

Essas caracterizações, se permitem uma adequada descrição das constatações empíricas, não são suficientes para a explicação da essência do fenômeno. Em outras palavras, e utilizando as categorias de Easton, não explicam a origem do paradoxo existente entre os apoios difuso e manifesto. Daí a necessidade de outro recurso explicativo.

O paradoxo da democracia e da estabilidade na América Latina

Pode-se afirmar que sempre esteve subjacente ao debate acadêmico a respeito da democracia na América Latina a indagação sobre qual ou quais

são os reais pré-requisitos para a sua instalação e estabilidade¹¹. Esse debate, no entanto, sempre partiu da premissa ideológica de que a democracia - entendida como as suas regras, procedimentos e ritos - é um valor em si, um bem a ser alcançado. Subjacente a essa concepção, vem a defesa de um tipo de sociedade que se constituiu a partir do advento do capitalismo na Europa¹². Este posicionamento a priori, se pode, por um lado, ser fator da construção e da consolidação do processo democrático em sua forma, através da constituição de uma democracia minimalista (Moisés, 1995), parece, por outro lado, desconsiderar ou subvalorizar uma concepção de democracia como conteúdo (ou maximalista).

Este privilégio à concepção minimalista como forma de garantir (ou propugnar) a estabilidade democrática se constitui em um paradoxo, porque a instituição dos procedimentos democráticos formais não garante por si a adesão da população, uma vez que os problemas sociais não são resolvidos. No entanto, há a aceitação da democracia minimalista (ou existe um apoio difuso ao sistema). E o paradoxo está justamente na aceitação (mesmo que pela passividade) de um sistema que não resolve os problemas sociais.

11 - Um debate sobre as origens históricas do autoritarismo no Brasil pode ser encontrado em Baquero, Castro, 1996; Castro, 1996, Schwartzman, 1988.

12 - A simbiose da democracia com o capitalismo - ambos baseados em princípios manifestos de liberdade individual - tornou este sistema político hegemônico em nível mundial. A este respeito, ver Baquero, Castro, 1996.

Uma tentativa de explicação dos paradoxos

Uma explicação para ambos os paradoxos será encontrada na teoria de hegemonia¹³ de Antonio Gramsci. Esse polêmico conceito, construído a partir de Marx, possui uma relação dialética com o conceito de dominação, na medida em que a função de liderança econômica, social, intelectual e moral da(s) classe(s) (ou frações de classe) hegemônicas (dominantes) forma ou constitui um consenso (a partir dos valores dessas classes), que é, na visão de Gramsci, um modo de dominação mais eficaz que a coerção (Gramsci, 1995). A hegemonia de uma classe, fração de classe ou conjunto de classes no poder se manifestaria através do consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante¹⁴ (Gramsci, 1995, p. 12).

O conceito de hegemonia é pertinente porque incorpora a dimensão do poder ao debate da Cultura Política, usualmente não considerada nas análises. Assim, vai além da caracterização e descrição dos fenômenos do comportamento político ou da postulação de determinado tipo de Cultura Política, criando as condições para que se possam explicar as suas origens.

Segundo essa teoria, os setores dominantes da sociedade - a fração no poder - constroem uma hegemonia que é

13 - Embora inerente ao conceito gramsciano de hegemonia, não trataremos a questão da contra-hegemonia, por não ser diretamente ligada ao assunto do artigo.

14 - The 'spontaneous' consent given by the great masses of the population to the general direction imposed on social life by the dominant group.

simultaneamente a garantia e a justificativa de seu domínio. Em outras palavras, os setores hegemônicos constituem um sistema de crenças e de valores que passam a ser os considerados senso comum, ao mesmo tempo que essas crenças e valores, por sua vez, são constituintes da sociedade. Desta forma, os valores e crenças hegemônicos - que se manifestam na Cultura Política - são simultaneamente uma apreensão e uma construção dinâmica da realidade, a partir de determinada concepção de mundo.

A explicação dos paradoxos a partir dessa perspectiva teórica se dá em dois momentos: no primeiro, cabe identificar as contradições, no sentido da dialética, que não seriam explicadas em uma primeira abordagem; no segundo, deveria se verificar quais os interesses da fração no poder que estariam em jogo, ou seja, os interesses hegemônicos. Essas contradições podem ser resumidas nos dois paradoxos: o paradoxo das atitudes políticas e o paradoxo da democracia e da estabilidade na América Latina.

O paradoxo das atitudes políticas se deve à incoerência entre uma atitude política de apoio à enunciação genérica de um fenômeno ou assunto (apoio difuso) e uma atitude de refutação das suas manifestações concretas (apoio específico). O paradoxo da democracia e da estabilidade na América Latina se deve à contradição entre a defesa de um sistema que privilegia ou entende a participação política como um sinônimo de voto e a existência de uma sociedade que exclui pela desigualdade social.

Essas contradições são explicadas com base nos interesses da fração no poder. A tese pode ser

resumida da seguinte maneira: é do interesse da fração no poder que os de baixo se mantenham como tal e, para tanto, criam um sistema de crenças e de valores adequado a tal finalidade. É claro que isto não implica uma visão simplista, de orquestração da política, mas que interesses convergentes tendem a constituir ações políticas convergentes.

A explicação dos paradoxos, no entanto, se dá na ordem inversa de sua enunciação: primeiro cabe explicar, com base na teoria gramsciana, os motivos da contradição presente na existência de um sistema que combina igualdade política com desigualdade social, para, então, explicar como isso se reflete no comportamento político¹⁵.

Do ponto de vista de Gramsci, com base em Marx e Lênin¹⁶, é a divisão da sociedade em classes antagônicas o que explica a origem da desigualdade social. Numa sociedade de classes, uma delas (ou várias, ou uma fração de classe) detém o poder político, utilizando-se para tanto de todos os meios disponíveis, desde a opressão física (através da repressão aos movimentos que possam de alguma forma ameaçar o poder da classe), até (e

15 - O presente trabalho poderia ser apresentado como uma comprovação empírica à hipótese da hegemonia. No entanto, esse enfoque seria contraditório com a concepção de Gramsci de ciência.

16 - Embora haja tentativas de interpretar Gramsci apesar de e até contra Marx e, principalmente, Lênin, os pseudônimos por ele utilizados em seus escritos na prisão, como forma de burlar a censura, denotam claramente o seu posicionamento. Para citar Marx, por exemplo, utilizava "o fundador (ou o corifeu) da filosofia da práxis", à qual se afiliava; para Lênin, "o maior teórico moderno da filosofia da práxis" (Gramsci, 1980).

principalmente, para Gramsci) mecanismos de dominação ideológica.

No caso da sociedade capitalista, a fração no poder é ligada ao capital e aos seus interesses. Dessa forma, a sua atuação mais ampla será no sentido de garantir a manutenção e a reprodução do capital, fazendo uso dos mecanismos aos quais tem acesso. Como a exclusão social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo dependente (Fernandes, 1987), setores da população cada vez maiores tendem a ficar à margem da distribuição da riqueza social.

A existência de uma sociedade que exclui econômica e socialmente, porém, não implica uma atitude passiva por parte de quem é excluído. Já foi dito que nenhum povo se deixa morrer de fome sem lutar, e, em vários momentos, o conflito latente passa a ser manifesto, havendo disputa e confronto nos campos político, econômico e social. Se considerarmos que se trata do interesse de uma fração no poder ligada ao capital, o mais fundamental de todos estes campos é o econômico: para defender a estrutura econômica em vigência, são tomadas todas as medidas necessárias (violentas, se for o caso).

Nos demais campos, contudo, há maior amplitude de ação ou de negociação. Em consequência, há maior possibilidade de haver mudanças políticas e sociais, dentro do marco institucional da ordem capitalista¹⁷. E uma das mudanças políticas seria

17 - Naturalmente, mudanças políticas e sociais implicam mudanças econômicas ou, ao menos, concessões econômicas. No entanto, essas mudanças econômicas não alteram a estrutura excludente.

justamente a progressiva ampliação da cidadania, sem que haja modificação na estrutura econômica que fundamenta a exclusão. De forma sintética, essa seria a explicação do paradoxo da convivência de um sistema político que inclui com uma estrutura econômica que exclui.

A explicação do segundo paradoxo é decorrente da anterior. Já foi mencionado acima que a fração no poder necessita manter-se enquanto tal e que a dominação através da construção de um consenso gerado pela hegemonia é mais efetiva que através da coerção (Gramsci, 1995). Assim, passa a defender e a construir uma série de valores que sejam congruentes com a sua necessidade de defesa da ordem econômica. Uma implicação direta disso é a defesa de uma democracia minimalista, que desconsidere as questões sociais.

E é justamente este descolamento da democracia como forma da democracia como conteúdo que explica a baixa adesão aos valores democráticos verificada empiricamente: como o que surge originalmente entre nós é a defesa hegemônica das regras do jogo, os valores anteriores e basilares do jogo não são devidamente considerados, por poderem significar um questionamento ao modelo econômico. Desta forma, o que parece existir entre nós é uma cultura política autoritária que se funde com a defesa hegemônica de procedimentos democráticos. Uma consequência dessa aparente contradição é um comportamento político que tem como limite os valores defendidos pelas elites políticas.

Por outro lado, segundo a concepção de hegemonia, a compreensão da realidade que as classes subalternas,

no dizer de Gramsci, possuem é fragmentada, o que cria uma barreira entre a concepção de mundo e a ação real, se constituindo em um dos fatores de alienação, que implica dominação política pelos setores hegemônicos. Dessa forma, quando os resultados dos surveys nos indicam atitudes políticas aparentemente incoerentes, o que na realidade ocorre é a manifestação dessa visão fragmentada da realidade.

Conclusão

Este trabalho foi uma tentativa de encontrar caminhos alternativos para a explicação de fenômenos descritos há muito tempo pela Ciência Política. Para tanto, se buscou auxílio na teoria de Gramsci, que tem sido pouco utilizada em estudos de Cultura Política. Esse método de análise se mostrou adequado para uma melhor compreensão da realidade política. Além de dar explicação alternativa aos dois paradoxos propostos, o trabalho salientou a vantagem do uso do conceito de hegemonia por incorporar a dimensão do poder à Cultura Política.

A utilização do conceito de hegemonia, além de ferramenta teórica, ajudou a verificar limites explicativos da Cultura Política, em sua visão tradicional. Desta forma, cabe serem realizados trabalhos que contribuam para uma nova conceituação de Cultura Política, adequada à realidade latino-americana.

Por outro lado, o trabalho permitiu que novas dúvidas fossem geradas, não apenas sobre a possibilidade do uso do conceito de hegemonia para explicar outros

fenômenos, mas, em especial, no que respeita a uma caracterização mais clara da fração no poder no Brasil, bem como de seus interesses.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Newbury Park: Sage, 1989a.

_____. *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989b.

BAQUERO, M., CASTRO, H.C.O. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, M (org.). *Partidos, democracia e cultura política*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura Política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ufrgs, 1995.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BROWN, A.; GRAY, J. (Eds.) *Political culture and political change in communist states*. New York: Holmes & Meier, 1979.

BRUNNER, José. América Latina entre la cultura autoritária y la cultura democrática: legados y desafíos. *Revista Paraguaya de Sociología*. v. 24. n. 70, 1987. p. 7-15.

CAMP, Roderic Ai (Ed.) *Democracy on Latin America: patterns end cycles*. Wilmington: Scholarly Resources, 1996. (Jaguar Books on Latin America, n. 10).

CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A democracia em cheque: um estudo de Cultura Política entre os porto-alegrenses. Porto Alegre: Ufrgs, 1996. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura Política, Democracia e Hegemonia: Uma Tentativa de Explicação do Comportamento Político Não-Democrático. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre/Canoas, 1998.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política. Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Tese de Doutorado).

CATTERBERG, Edgardo. Argentina confronts politics: political culture and public opinion in the Argentine transition to democracy. London: Lynne, 1991.

COUTINHO, Carlos Nélon. A democracia como valor universal. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

CUEVA, Augustín. Ideologia y sociedad. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1988. (Temas Latinoamericanos No. 3)

DAHL, Robert A. A preface to democratic theory. Chicago/London: The University of Chicago Press, (1956).

_____. Democracy and its critics. New Haven/London: Yale University Press, 1989.

_____. Polyarchy. New Haven/London: Yale University Press, 1971.

_____. Um prefácio à democracia econômica. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DIAMOND, Larry (ed.). Political culture and democracy in developing countries. Boulder: Lynne Rienner, 1993.

DIAMOND, Larry; LINZ J. Juan. Politics, society, and democracy in Latin America. In: DIAMOND, Larry; LINZ J. Juan; LIPSET, Seymour Martin (Eds). Democracy in developing countries. Boulder: Lynne Rienner, 1989. (Vol. 4: Latin America)

DOWNS, Anthony. An economic theory of democracy. New York: Harper & Row, 1957.

EASTON, David. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ECHEGARAY, Fabián. Impávidos ante la democracia: la subjetividad política argentina. Revista Nueva Sociedad. n. 101, mayo/jun, 1989. p. 41-48.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 2v.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Selections from the prison notebooks. 12 ed. New York: International Publishers, 1995. 483 p. (HOARE, Q.; SMITH, G. N. Ed.)

INGLEHART, Ronald. Culture shift in advanced society. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, 82:1203-30, 1988.

KELLER, Alfredo. Fundamentos de la Cultura Política: datos empíricos sobre valores y conductas en algunos países de América Latina. In: THESING, Josef. América Latina: tradición y modernidad. St. Augustin: Konrad-Adenauer-Stiftung, [1991]. p. 113-31.

LIJPHART, Arend. Democracies: pattern of majoritarian and consensus government in twenty-one countries. New Haven: Yale, 1984.

METTENHEIN, Kurt von. The brazilian voter: mass politics in democratic transition 1972-1986. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MULLER, Edward N.; SELIGSON, Mitchel A. Civic culture and democracy: the question of causal relationships. *American Political Science Review*, 88:3 p. 635-552, 1994.

PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.). The civic culture revisited. Boston: Little, Brown and Company, 1989. p. 57-102.

PONTES, Víctor. La cultura política autoritaria en México. *Revista Mexicana de Sociología*. n. 3, p. 67-103, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. As bases do autoritarismo brasileiro. São Paulo: Campus, 1988.

SCHMIDT, Benício Viero; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Globalização e políticas sociais no Brasil. In: PEIXOTO, João Paulo M. Reforma e modernização do Estado: aspectos da experiência brasileira recente. Sobral: Edições UVA, 2000. p.185-205.

SMITH, Peter H. Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis. Boulder: Westview, 1995.

_____. The changing agenda for social research on Latin America. In: Idem. Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis. Boulder: Westview, 1995. p. 1-29.

STREET, John. Review Article: Political Culture - from civic culture to mass culture. *British Journal of Political Science*. 24. 1993. p. 95-114.

TIANO, Susan. Authoritarianism and political culture in Argentina and Chile in the mid-1960's. *Latin American Research Review*, v. 21, n. 1, p. 73-98, 1986.

TULCHIN, Joseph. S.; ROMERO, Bernice (ed.). The consolation of democracy in Latin America. Boulder: Lynne Rienner, 1995. (The Woodrow Wilson International Center for Scholars).

TURNER, Frederick C. Reassessing political culture. In: SMITH, Peter H. Latin America in comparative perspective: new approaches to methods

and analysis. Boulder: Westview, 1995.
p. 195-224.

VERBA, Sidney. On revisiting the Civic Culture: a personal postscript. In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.). The civic culture revisited. Boston: Little, Brown and Company, 1989. p. 394-410.